

POLÍTICA

CONSTITUINTE

O PDT, o PTB e o PT reclamam do projeto. Mas vão prestigiá-lo.

Os líderes do PTB, Gastone Righi, do PDT, Nadyr Rossetti, do PT, Djalma Bom, e do PDS, senador Murilo Badaró e deputado Prisco Viana, aceitaram ontem o convite feito pelo ministro Fernando Lyra, em nome do presidente José Sarney, para participar da cerimônia de amanhã no Palácio do Planalto em que será assinada a mensagem de convocação da Constituinte para 1º de fevereiro de 1987.

Ao deixar o Congresso, Lyra disse que a presença das lideranças partidárias no lançamento da Constituinte revela a sintonia dos partidos políticos e o consenso nacional em torno do assunto.

Mas as conversas não foram assim tão tranquilas e não houve um líder oposicionista que não tratasse de apresentar alguma restrição ou defeito na emenda Sarney e comportamento que contagiou até alguns dirigentes do PMDB, como o secretário-geral Roberto Cardoso Alves, que procurou de qualquer forma um defeito e passou a criticar a possibilidade de a Constituinte abolir a República e a Federação.

Esse dispositivo é uma prova de insensibilidade política e jurídica do governo, disse. — Poderia abrir caminho — quem sabe? — ao Estado coletivista.

O deputado Rondon Pacheco (PDS-MG), que o ouvia, ironizou:

— Será que o Sarney quer restaurar a monarquia?

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e o líder do partido na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, procuraram desfazer essas críticas que se estão generalizando com o argumento de que a intenção não foi de abolir a República e a Federação, mas apenas "reafirmar a soberania da Constituinte".

Esse tipo de explicação irritou mais ainda a Cardoso Alves: "Se não é para valer, a inclusão foi muito pior. Foi prova de insensibilidade, para não dizer outra coisa.

Os convites

A primeira visita do ministro Fernando Lyra foi ao líder Gastone Righi, do PTB, que acenou com a ameaça de voltar ao debate, junto com a Constituinte, a duração do mandato do presidente Sarney.

— Ninguém pode sacudir de novo um tema como a Constituinte sem que isso envolva a primeira e maior promessa da Nova República, que são as eleições diretas para presidente. A Constituição já prevê as diretas, mas apenas para 1990, e nós sabemos que isso não passa pela cabeça de nenhum

brasileiro. O melhor para o governo evitar esse problema é aprovar a minha emenda convocando a Constituinte, que está pronta para ser votada e portanto não admite acréscimos.

Embora assegurasse que o PTB apóia o governo Sarney, Righi não esclareceu se dará ou não apoio à emenda do PDT estabelecendo diretas junto com a eleição para a Constituinte.

O líder do PTB aceitou o convite para ir amanhã ao Planalto. O mesmo fez o líder do PT, Djalma Bom — que deixou claro, porém,

que sua presença não representará apoio ao governo Sarney nem concordância com o projeto convocando a Constituinte.

— Vamos aproveitar para levar ao presidente Sarney o texto da emenda do PT que prevê eleições para a Constituinte em 1º de março e sua instalação dia 21 de abril — disse Bom, reafirmando que o PT continua "intransigente na defesa de suas teses".

O líder Nadyr Rossetti, do PDT, ao aceitar o convite, esclareceu que seu partido vai insistir na subemenda propondo as diretas para presidente junto com a eleição da Constituinte, em 1986.

Os líderes do PDS, Murilo Badaró e Prisco Viana, ao aceitarem o convite, ressaltaram que sua presença corresponde apenas à cortesia do convite, sem representar compromisso em torno da matéria.

Discussão

Enquanto o secretário-geral do PMDB, Cardoso Alves, continuou levantando suspeitas do tipo "deve existir muita coisa por detrás dessa emenda da Constituinte, inclusive a tentativa de abolir o direito de propriedade", o deputado Nelson Marchezan, ex-líder do PDS, considerou bastante razoável a emenda Sarney, que terá seu voto favorável.

— Os parlamentares não deveriam criticar a emenda como estão fazendo. Afinal, podem mudá-la no Congresso — observou Marchezan.

Ulysses Guimarães elogiou a sugestão de atribuir ao presidente do STF a competência para abrir os trabalhos da Constituinte e manifestou o entendimento de que os 23 senadores eleitos em 1982 com mandato até 1990 farão parte da Assembléia. Informou também que há sugestões — que ele apóia — para que a nova Constituição seja aprovada no primeiro turno por maioria simples, exigindo-se a maioria absoluta apenas para o segundo turno.

O general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, comandante da Escola Superior de Guerra, defendeu em palestra em Florianópolis a necessidade da ESG participar dos debates da Constituinte, ao mesmo tempo em que criticou o fato de hoje todos se dizerem democratas — "até os comunistas".

O vice-governador paulista Orestes Quêrcia tinha outra reclamação: quer que seja revisto o critério da proporcionalidade de deputados por Estado, para que São Paulo possa ter no mínimo cem parlamentares, número condizente com sua atual população.